

OPTL2.30H

CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA

Profa. Ana Carolina Lopes Olsen

EMENTA: Constitucionalismo Feminista. Direito Constitucional e feminismo. Feminismo e teorias democráticas. Identidade, Estereótipo e Gênero. Interseccionalidade. Liberdades e Autonomia Reprodutiva. Neoconservadorismo e movimentos anti-mulheres. Desigualdades Econômica, Social e Política. Violência de Gênero. Hermenêutica Feminista. Princípio da Proporcionalidade e Teoria do Impacto Desproporcional. Ações Afirmativas. Ativismo Feminista e amici curiae. Jurisdição Constitucional e os Protocolos para julgamento com perspectiva de Gênero: México e Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BAINES, Beverley; BARAK-EREZ, Daphne; KAHANA, Tsvi. **Feminist Constitutionalism: Global Perspectives**. Cambridge University Press, 2012.
- BAINES, Beverley; RUBIO-MARIN, Ruth. Feminist Constitutionalism in Canada. In OLIVER, Peter; MACKLEM, Patrick; DES ROSIERS, Nathalie. **The Oxford Handbook of the Canadian Constitution**. Oxford: Oxford Handbooks, 2017.
- BAINES, Beverley; RUBIO-MARIN, Ruth. Introduction - Toward a feminist constitutional agenda. In BAINES, Beverley; RUBIO-MARIN, Ruth. **The Gender of Constitutional Jurisprudence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BAINES, Beverley; RUBIO-MARÍN, Ruth. **The Gender of Constitutional Jurisprudence**. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- BALAGUER, María Luisa. **Mujer y constitución**: la construcción jurídica del género. Madrid: Ediciones Cátedras, 2005.
- BARAK-EREZ, Daphne. Hermeneutics: feminism and interpretation. In BAINES, Beverley; BARAK-EREZ, Daphne; KAHANA, Tsvi (Ed.). **Feminist Constitutionalism: global perspectives**. New York: Cambridge University Press, 2012.
- BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; BORGES, Clara Maria Roman; DEMETRIO, André. Julgamento com perspectiva de gênero: a ADI 6138 e o STF. **JOTA**. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/julgamento-com-perspectiva-de-genero-adi-6138-stf-19022022>
- BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; DEMETRIO, André. Quando o gênero bate à porta do STF: a busca por um constitucionalismo feminista. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 1-2, jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201930>
- BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; SILVEIRA, Raquel Dias da. Políticas contra a discriminação de gênero. **A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 11, n. 46, p. 97-114, out./dez. 2011. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)
- BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. As mulheres devem ser livres? Igualmente livres? — STF e o julgamento da ADPF 442. **Observatório Constitucional**. 10 set. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-set-10/observatorio-constitucional-mulheres-livres-stf-julgamento-adpf-442>
- BARBOZA, Heloisa Helena Gomes; JUNIOR, Vitor de Azevedo Almeida. (Des)igualdade de gênero: restrições à autonomia da mulher. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 240-271, jan./abr. 2017.
- BARROSO, Luis Roberto. Countermajoritarian, representative, and enlightened: the roles of constitutional tribunals in contemporary democracies. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 2.171-2.228, 2018.
- BARTLETT, Katharine T. Feminist legal methods. **Harvard Law Review**, v. 103, n. 4, p. 829-888, fev./1990. Disponível em: <https://apmj.pt/files/92/Teoria-Feminista-do-Direito/8/Feminist-Legal-Methods.pdf>
- BHAT, P. Ishwara. **Constitutional feminism**: an overview. 2 SCC (Jour) 1, 2001. Disponível em: <https://www.ebc-india.com/lawyer/articles/2001v2a1.htm>

BONATTO, M.; GIRARDI FACHIN, M.; DE QUEIROZ BARBOZA, E. M. Constitucionalismo feminista: para ler e interpretar o Direito (Constitucional) com as lentes de gênero. **Revista CNJ**, Brasília, v. 6, n. esp. Mulheres e Justiça, p. 213–224, 2022. <https://doi.org/10.54829/revistacnj.v6iesp.312>

BURCHARD, Melissa. Feminist jurisprudence. **Internet Encyclopedia of Philosophy** (IEP). Disponível em: <https://www.iep.utm.edu/jurisfem/>

CÂMARA, Heloisa Fernandes. Queda democrática/declínio democrático e gênero. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi (coord.). **Constitucionalismo feminista**: expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. Salvador: JusPODIVM, 2020, v. 2, p. 79-105.

CAMBI, Eduardo; DENORA, Emmanuella Magro. Lei Maria da Penha: tutela diferenciada dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 133, p. 219-255, jul./2017. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

CAMBI, Eduardo; PLASTINA, Silvana Aparecida Cardoso. Violência doméstica e familiar (patrimonial) contra a mulher na dimensão do constitucionalismo feminista e do protocolo de julgamento na perspectiva de gênero. **Revista dos Tribunais**, vol. 1054, p. 63-80, ago./2023. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. As diretrizes nacionais para investigação do feminicídio na perspectiva de gênero. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUCRS**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 93-106, jan./jun. 2016. <https://doi.org/10.15448/2177-6784.2016.1.23899>

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, n. 8, p. 738-757, dez./2009. Disponível em: https://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS. **Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero**. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/05/cae277dd017bb4d4457755feb5eed9f.pdf>

COSTA, Malena. **Feminismos jurídicos**. Buenos Aires: Ediciones Didot, 2016.

CRUZ, Madge Porto; COSTA, Francisco Pereira da. Os direitos humanos das mulheres e os crimes sexuais: realidade e possibilidades da produção da prova para o pleno acesso à justiça. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 42, n. 0, p. 57-72, 2005. <http://dx.doi.org/10.5380/rfdupr.v42i0.5182>

DA SILVA, Salete Maria. Constitucionalização dos direitos das mulheres no Brasil. **Interfaces Científicas - Direito**, v. 1, n. 1, p. 59–69, 2012. <https://doi.org/10.17564/2316-381X.2012v1n1p59-69>

DAVIES, Margaret. Feminism and the Idea of Law. **feminists@law**, v. 1, n. 1, 2011. DOI: 10.22024/UniKent/03/fal.9. <https://doi.org/10.22024/UniKent/03/fal.9>

DIAS, Maria Berenice. **A mulher e o Poder Judiciário**. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-poder-judiciario/a_mulher_e_o_poder_judiciar.pdf

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. **Feminismo, gênero y patriarcado**. Santiago: LOM, 1999.

FERNÁNDEZ, Itziar Gómez. **Una constituyente feminista**: ¿Cómo reformar la constitución con perspectiva de género? Madrid: Marcial Pons, 2017.

FIDALGO, Amanda Cabral. Violência contra a mulher x violência de gênero e os mecanismos internacionais de proteção aos direitos das mulheres. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE**, Belo Horizonte, ano 7, n. 13, p. 63-79, jul./dez. 2015. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

FUCHS, Marie-Christine; SIERRA OLIVERI, Humberto. El papel de la jurisprudencia constitucional en la promoción de la temática de "género" en Latinoamérica: reflexiones iniciales con énfasis en la jurisprudencia de la Corte Constitucional. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi (coord.). **Constitucionalismo feminista: expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero**. Salvador: JusPODIVM, 2020, v. 2, p. 269-284.

GOMES, Juliana. O Supremo Tribunal Federal em uma perspectiva de gênero: mérito, acesso, representatividade e discurso. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, 2016. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25237>

GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. **Revista Internacional Interdisciplinar – INTERTHESIS**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/911/10852/0>

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; FERRITO, Bárbara; LEAL, Luana Angelo. Desigualdade e discriminação: um olhar sobre o mercado de trabalho brasileiro sob a ótica da interseccionalidade. **Revista de Direito do Trabalho**, v. 199, p. 133-161, mar./2019. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

HIGGINS, Tracy E. Democracy and feminism. **Harvard Law Review**, v. 110, n. 8, p. 1.657-1.703, jun./1997. Disponível em: https://ir.lawnet.fordham.edu/faculty_scholarship/256

IBARRA, Lina Fernanda Buchely. Genero y constitucionalismo. Una mirada feminista al derecho constitucional colombiano. **Revista Ciéncia Política**, v. 9, n. 18, p. 83-107, 2014. Disponível em: [Vista de Género y constitucionalismo. Una mirada feminista al derecho constitucional colombiano \(unal.edu.co\)](https://vista-de-genero.y-constitucionalismo.una-mirada-feminista-al-derecho-constitucional-colombiano.unal.edu.co)

JUERGENS, Ann. Feminist jurisprudence: why law must consider women's perspectives. **William Mitchell Magazine**, 10:2, oct./1991. Faculty Scholarship. Paper 111. Disponível em: <http://open.mitchellhamline.edu/facsch/111>

KARST, Kenneth L. Woman's constitution. **Duke Law Journal Durham**, v. 447, p. 447-508, jun. 1984.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; LIMA, Lorena Costa. A influência do fator gênero nas decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e do Supremo Tribunal Federal Brasileiro: (des)protegendo os direitos fundamentais das mulheres. In: **CONGRESO NACIONAL DO CONPEDI**. 21. 2012, Niterói. Anais. Florianópolis: FUNJAB, 2012. p. 271 - 286. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/livro.php?gt=89>

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. **Revista Cadernos Pagu**, Florianópolis: v. 26, p. 405-430, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100016>

MADARIAGA, Jasone Astola. Las Mujeres y el Estado Constitucional: un repaso al contenido de los grandes conceptos del derecho constitucional. In **CONGRESO MULTIDISCIPLINAR DE CENTRO-SECCIÓN DE BIZKAIA DE LA FACULTAD DE DERECHO**. Anais, 2008. p. 227-290. Disponível em: [Las mujeres y el estado constitucional: un repaso al contenido de los grandes conceptos del derecho constitucional - Dialnet \(unirioja.es\)](https://www.dialnet.unirioja.es/servlet/ResumenArticulo?codigo_articulo=100016)

MADARIAGA, Jasone Astola. Los pactos constituyentes contra natura o la subordinación sistemática de las mujeres. **Revista Cuadernos Manuel Giménez Abad**, n. extra 5, 2017. Disponível em: [Los pactos constituyentes contra natura o la subordinación sistemática de las mujeres - Dialnet \(unirioja.es\)](https://www.dialnet.unirioja.es/servlet/ResumenArticulo?codigo_articulo=100016)

MANFREDI, Christopher P. **Feminist activism in the Supreme Court**: legal mobilization and the women's legal education and action fund. Vancouver: BC Press, 2005.

MASSA, Roberta Franco; LORENZETTO, Bruno Meneses. O papel histórico do feminismo no reconhecimento dos direitos das mulheres. **Interesse Público – IP**, Belo Horizonte, ano 21, n. 118, p. 59-79, nov./dez. 2019. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

MAYERI, Serena. Constitutional choices: legal feminism and the historical dynamics of change. **California Law Review**, v. 92, n. 3, p. 755-840, 2004. Disponível em: https://scholarship.law.upenn.edu/faculty_scholarship/535.

MELLO, Marilia Montenegro Pessoa de. Da mulher honesta à lei com nome de mulher: o lugar do feminismo na legislação penal brasileira. **Revista Videre**, v.2, n. 3, p. 137-159, jan./jun. 2010. Disponível em: [mulher_honesto_lei_mello.pdf\(stj.jus.br\)](http://mulher_honesto_lei_mello.pdf(stj.jus.br))

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Teoria política feminista, hoje. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. MILEWSKI, Francoise; SENAC, Rejane. Gender equality: a European challenge at the crossroads of economics, law and politics. **Revue de l'OFCE**, Paris, v. 134, p. 189-200, 2014. <https://sciencespo.hal.science/hal-00988413>

MILLNS, Susan; SKEET, Charlotte. Gender Equality and Legal Mobilization in the United Kingdom: using rights for lobbying, litigation, defense, and attack. **Canadian Journal of Law and Society**, Cambridge University Press, v. 28, n. 2, pp. 169-188, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/cls.2013.20>

MONTANEZ, Nilda Garay. Constitucionalismo feminista: evolucion de los derechos fundamentales en el constitucionalismo oficial. In **Igualdad y democracia: el genero como categoria de analisis juridico**. Valencia: Corts Valencianes, 2014.

PINHEIRO, Maria Claudia Bucchianeri. ONDE A FRAUDE À COTA DE GÊNERO ENCONTRA A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: INTERSECÇÕES ENTRE O ART. 10, § 3º, DA LEI DAS ELEIÇÕES, O ART. 326-B DO CÓDIGO ELEITORAL E O ART. 359-P DO CÓDIGO Penal. **Revista CNJ**, Brasília, v. 6, n. esp. Mulheres e Justiça, p. 49-58, 2022. <https://doi.org/10.54829/revistacnj.v6esp.360>

PINHO, Leda de Oliveira. Igualdade de gênero e poder: uma análise sob a perspectiva da representatividade da mulher na magistratura. In PIMENTA, Clara Mota et al (Org.). **Magistratura e equidade:** estudos sobre gênero e raça no Poder Judiciário. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun./2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PUGA, Mariela. **Constitucionalismo Feminista**. 25 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.ibericonnect.blog/2023/08/constitucionalismo-feminista/>

RECKZIEGEL, Tânia Regina Silva; SÉ, Gabriela Brandão. Representatividade feminina no Poder Judiciário brasileiro. **Revista CNJ**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 236-249, 15 jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.54829/revistacnj.v4i1.129>

SANTAMARÍA, Ramiro Ávila. Género, derecho y discriminación: ¿Una mirada masculina? **UASB DIGITAL**, Ecuador, jun./2012. Disponible em: <https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/2975/1/%c3%81vila%2c%20R-CON-005-G%c3%a9nero.pdf>

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, jul.-dez./1990. Disponível em: [Vista do Gênero: uma categoria útil de análise histórica \(ufrgs.br\)](http://vista.ufrgs.br)

SEABRA, Joana Emmerick; ASSIS, Mariana Prandini. Transformando desde as margens: Uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino-americano. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 1, p. 465-493, 2016. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.21819>

SEVERI, Fabiana Cristina. Justiça em uma perspectiva de gênero: elementos teóricos, normativos e metodológicos. *Revista Digital de Direito Administrativo - RDDA*, v. 3, n. 3, p.574-601, 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v3i3p574-601>

SILVA, Cristina Maria Gama Neves da; BUENO, Emma Roberta Palú. Direitos políticos das minorias políticas: perspectivas de gênero à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE**, Belo Horizonte, ano 12, n. 23, p. 47-61, jul./dez. 2020. (Biblioteca Digital UNIVIRTIUS).

SMITH, Patricia. *Feminist jurisprudence*. New York: Oxford University Press, 1993.

STANCHI, Kathryn M.; BERGER, Linda L.; CRAWFORD, Bridget J. **Feminist judgments**: rewritten opinions of the United States Supreme Court. New York: Cambridge University Press. 2016.

SUPREMA CORTE DE JUSTICIA DE LA NACION (SCJN). **Protocolo para juzgar con perspectiva de género:** haciendo realidad el derecho a la igualdad. México: Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2013.

TEIXEIRA, Daniel Viana. Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 253-274, jan.-jun./2010.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In JACÓ-VILELA, AM; SATO, L. **Diálogos em psicologia social [on-line]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-12.pdf>

TORRES, Ricardo Ezequiel. Participação da mulher no processo político – Os atuais mecanismos de fomento do direito financeiro-eleitoral e a adoção de cotas de assento no parlamento. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico - RFDÉ**, Belo Horizonte, ano 10, n. 18, p. 85-109, set. 2020-fev. 2021. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

YOSHIDA, Mariana Rezende Ferreira; HELD, Thaisa Maria Rodrigues. Paridade de gênero na Magistratura. Revista CNJ, Brasília, v. 3, n. 2, p. 82-91, 16 dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.54829/revistacnj.v3i2.77>